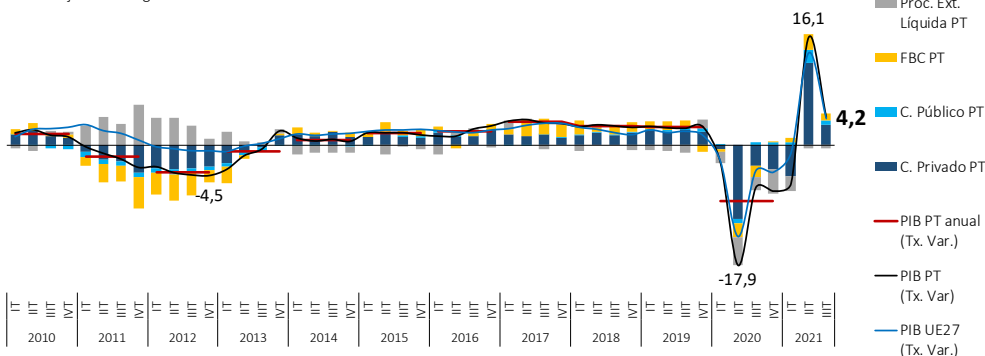


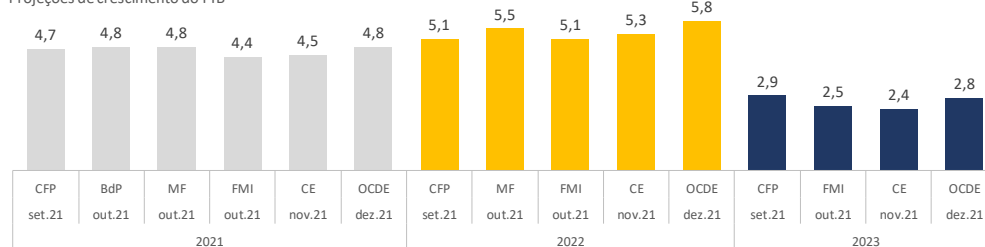
Indicadores Macroeconómicos

PIB e crescimento económico (Fontes: INE, Eurostat, Min. Finanças, Banco de Portugal, Cons. Fin. Públicas, FMI, OCDE e CE)

Taxa de variação homóloga



Projeções de crescimento do PIB



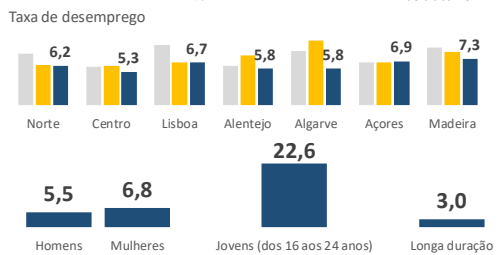
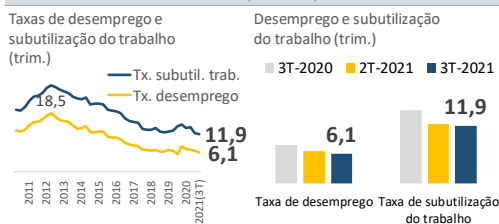
PIB registou um crescimento de 4,2%, assinalando a retoma da atividade económica com o gradual levantamento das restrições a vários setores

A **procura interna** foi determinante, com destaque para o investimento (FBC).

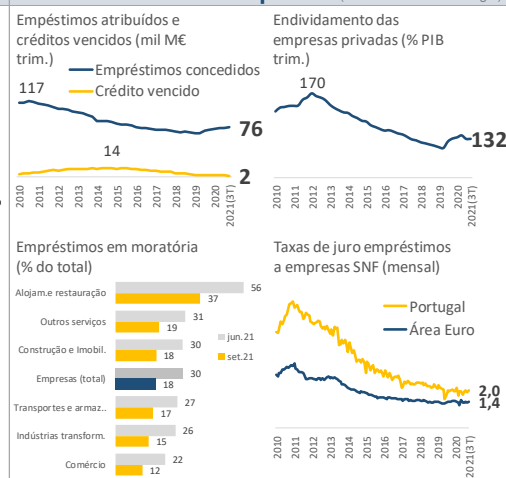
Exportações e importações registaram novamente crescimentos acentuados, em particular na exportação de serviços

Projeções mais recentes apontam para um crescimento económico de entre 4,4% e 4,8% em 2021, acelerando em 2022

Mercado de trabalho (Fonte: INE)



Financiamento às empresas (Fonte: Banco de Portugal)



Taxa de desemprego manteve a trajetória decrescente para os 6,1% e a **população empregada** continuou em crescimento, sobretudo nos serviços

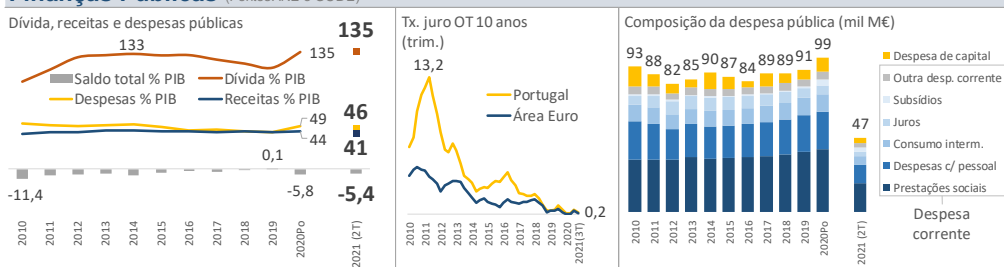
12,7% da população empregada manteve-se em **teletrabalho**

Moratórias públicas abrangiam 18% dos empréstimos às empresas, quando no segundo semestre de 2020 chegaram a 34%

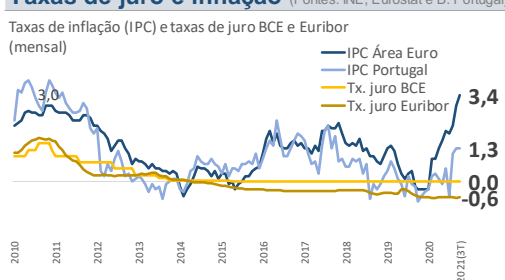
Défice público ficou em -5,4% do PIB no 2º trimestre, registando uma ligeira melhoria face ao trimestre anterior e **Dívida pública** reduziu-se para 130,9% do PIB

Espera-se que no **final de 2021 o défice e dívida pública** se situem em -4,5% e 128% do PIB, respetivamente

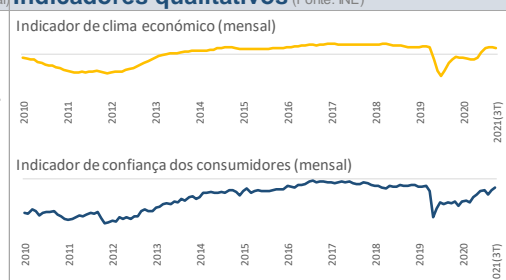
Finanças Públicas (Fontes: INE e OCDE)



Taxas de juro e inflação (Fontes: INE, Eurostat e B. Portugal)



Indicadores qualitativos (Fonte: INE)



Taxa de inflação na Área Euro ultrapassou o nível de referência de 2% do BCE e passou a ser positiva em Portugal (1,3%)

Indicador de clima económico manteve-se positivo e o indicador de confiança em crescimento

Contas Nacionais Trimestrais (Fonte: [Contas Nacionais Trimestrais do INE](#))

O PIB registou uma variação real homóloga de 4,2% no terceiro trimestre de 2021, depois de no trimestre anterior se ter verificado um crescimento de 16,1%, fruto de um efeito de base resultante do impacto da pandemia no 2.º trimestre de 2020. Ocorreu, assim, o segundo trimestre consecutivo de crescimento do PIB, que assinala a normalização da atividade económica após o levantamento das fortes restrições ao funcionamento da economia. Também o PIB registou um valor absoluto trimestral em linha com os verificados nos trimestres pré-pandemia.

A **procura interna** apresentou um aumento de 4,6% (15,9% no trimestre anterior), que reflete níveis mais próximos dos habituais. No consumo das famílias, verificou-se uma variação de 4,6%, com destaque para a componente de bens correntes não alimentares e serviços, ao passo que o consumo de bens duradouros voltou a ter uma forte quebra. O investimento (FBC), com uma variação de 5,8%, registou um crescimento pelo quarto trimestre consecutivo. Este crescimento foi influenciado pela variação de existências refletindo um efeito de base (no 3º trimestre de 2020 tinha existido uma acentuada redução de stocks), já que a FBCF teve um crescimento de apenas 1,5%, afetada pela redução na componente de Equipamento de Transporte.

Na **procura externa**, tanto as exportações como as importações voltaram a registar crescimentos acentuados, embora menores que no trimestre anterior. As **exportações** tiveram um crescimento de 10,2%, com a componente de serviços a destacar-se com um crescimento de 33,0%, enquanto a componente de bens cresceu 3,4%. Nas **importações** o crescimento foi de 11,0%, também com a componente de serviços a apresentar maior dinamismo, com acréscimo de 30,1%, enquanto que nos bens se registou uma variação de 7,8%.

Finanças Públicas (Fontes: [Contas Nacionais Trimestrais do INE](#), [Procedimento dos Défices Excessivos INE](#) e [Banco de Portugal](#))

No **segundo trimestre de 2021**, o saldo das **contas públicas** ficou em -5,4% do PIB, registando uma ligeira melhoria de 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior. Esta evolução deveu-se a um crescimento das receitas públicas superior ao das despesas públicas, que também aumentaram, embora em valor menor que nos trimestres anteriores afetados pela crise pandémica.

Do lado das **receitas públicas**, verificou-se um aumento de 14,3% em relação ao trimestre homólogo, refletindo já o retomar gradual da atividade económica, nomeadamente no aumento dos impostos sobre a produção e importação, mas com crescimento também acentuado das contribuições sociais. No lado das **despesas públicas**, registou-se um aumento homólogo de 3,1%, decorrente principalmente do aumento das prestações sociais, das despesas com pessoal e dos consumos intermédios.

A **dívida pública** no **terceiro trimestre de 2021** representou 130,9% do PIB, verificando-se uma variação de -4,5 p.p. em relação ao trimestre anterior. Para isso contribuiu uma redução da dívida pública de 2,2% em termos absolutos, a qual desceu para 272 mil M€.

De acordo com a 2ª notificação do **Procedimento dos Défices Excessivos** o défice público em 2020 foi de -5,8% do PIB e a dívida pública de 135,2%. Para 2021, as previsões apontam para que o défice desça para -4,5% do PIB e o peso da dívida pública no PIB se reduza para 128%.

Mercado de trabalho (Fonte: [Estatísticas do Emprego do INE](#))

No terceiro trimestre de 2021, a **taxa de desemprego** desceu para 6,1%, menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior, mantendo a trajetória decrescente desde o 3º trimestre de 2020, quando se atingiu o máximo durante a crise pandémica de 8,0%. A população desempregada desceu para em 319 mil pessoas, havendo um decréscimo de 27 mil pessoas nessa situação. A **população empregada** continuou em crescimento, principalmente no setor dos serviços, que aumentou 2,7%, embora o Turismo apresente ainda uma recuperação reduzida, enquanto na Indústria se verificou uma variação de -3,1%. A taxa de emprego subiu para 56,1%.

A **taxa de subutilização do trabalho** trimestral diminuiu para 11,9%, a mais baixa da série iniciada em 2011, o que corresponde a 642 mil pessoas, registando uma redução de 0,4 p.p.. Esta variação ocorreu totalmente devido à diminuição da população desempregada, uma vez que aumentaram as pessoas em situações de subemprego e a população inativa disponível, mas que não procura emprego.

Por **regiões**, a taxa de desemprego trimestral mais elevada verificava-se na região da Madeira, apesar de se ter reduzido em 1,1 p.p. para 7,3%, enquanto a menor continuou a ser a da região Centro, que baixou 0,9 p.p. para 5,3%. A maior redução verificou-se no Algarve, que no trimestre anterior apresentou a maior taxa de desemprego e no terceiro trimestre desceu 4,4 p.p. para 5,8%. Apenas na região dos Açores se verificou um aumento da taxa de desemprego, ainda que ligeiro, de 0,1 p.p., passando para 6,9%. De salientar ainda a redução registada no Alentejo, de 2,1 p.p. para 5,8%, tendo-se Lisboa mantido em 6,7% e o Norte descido 0,1 p.p. para 6,2%.

Nos **jovens** entre os 16 e os 24 anos, a taxa de desemprego registou uma redução de 1,1 p.p., passando para 22,6%, e registou-se uma ligeira subida da percentagem de jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEET) em 0,1 p.p., passando para 10,1%.

Entre a população empregada que trabalhou maioritariamente em casa, 12,7% esteve em regime de teletrabalho, menos 2,2 p.p. que no trimestre anterior.

Outros indicadores de conjuntura (Fontes: Eurostat, INE e Banco de Portugal)

O valor dos **empréstimos concedidos às empresas** aumentou 0,4% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior, mantendo-se com trajetória positiva desde o início da pandemia COVID-19, para o que contribuíram os apoios públicos à atividade económica, mas registando neste trimestre uma desaceleração em relação aos trimestres anteriores. O **rácio de créditos vencidos** continuou em decréscimo, representando 2,6% dos créditos atribuídos às empresas. Para esta evolução positiva, é de sublinhar a contribuição das **moratórias públicas**, que abrangiam cerca de 18% do valor dos empréstimos, embora no segundo semestre de 2020 tenham chegado a 34%.

A **taxa de inflação (IPC)** em Portugal passou a ser positiva, atingindo o valor mais elevado desde o terceiro trimestre de 2018, quando no trimestre anterior tinha sido negativa, acompanhando a trajetória de preços na Área Euro, que ultrapassou o nível de referência do BCE de 2%. Nas **taxas de juro**, a Euribor manteve o nível negativo registado desde o 4º trimestre de 2020 (-0,6%).

O **indicador de clima económico**, relativo às empresas, manteve-se em valores positivos, com ligeira melhoria em relação ao trimestre anterior. Também o **indicador de confiança dos consumidores** apresentou melhorias neste trimestre, embora estando ainda aquém dos níveis anteriores à pandemia.